

XENOFOBIA RACIALIZADA E RACISMO NA BNCC DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Giselly Patrícia Batista de Santana e Oliveira¹

André Mendes Salles²

Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos³

“Eles combinaram de nos matar.
Mas a gente combinamos de
não morrer.”
(Conceição Evaristo)

1. INTRODUÇÃO:

Neste artigo nos debruçamos a projetar a nossas indagações sobre o currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como foco os aspectos da xenofobia racializada, a fim de compreender como os movimentos da esfera social e estrutural se debruçam sobre o espaço educacional, tal qual este sobre os demais. Deste modo, busca-se abarcar as intencionalidades e tensionalidades que emergem sobre o embranquecimento curricular.

O intuito de pesquisar a temática é oriundo de angústias e inquietudes anteriores ao meu ingresso em uma Instituição de Ensino Superior. Ela emerge das indagações sobre as escolhas das temáticas abordadas dentro e fora da sala de aula. Para além do ensino médio, toda minha vivência educacional foi minada de distorções acerca dos povos minoritários de direitos, especificamente os grupos compostos por corpos negros e indígenas. Nos livros didáticos, as cenas explicitadas resumiam-se às cenas clássicas de exploração e truculência dos europeus sobre estes grupos minoritários de direito, e a perspectiva de luta e resistência sequer fora mencionada no meu processo educacional. Logo, entender como a estrutura curricular imprime a sua perspectiva xenofóbica e eurocêntrica neste processo movimentou-me na vida acadêmica.

Com a crescente onda xenofóbica, se faz primordial o seu debate, tanto quanto os meios para efetivar a redução de tal fobia social. Para tornar palpável a racionalização à respeito da intolerância, aversão e repúdio ao Outro acredita-se fielmente que o universo educacional é a veia propulsora para os meios reprodutores de desigualdades ou atuante enquanto prática transformadora

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Doutor em Educação. Professor de UFPE. Orientador do TCC.

³ Doutor em Educação. Professor da UFPE. Docente responsável pela disciplina de TCC.

dos sujeitos, tendo em vista que “aprender para nós é *construir*, reconstruir, *constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura e à aventura do espírito.” (Freire, 1996, p.69).

Atrelada a perspectiva legitimada por Paulo Freire, a educação tem em sua gênese a objetivação de transformação social, transportando este aparato para todas as etapas do processo educacional, desde o seu planejamento na formulação da estrutura curricular brasileira, ao que concerne o exercício na prática escolar. Por meio dos levantamentos bibliográficos foi constatada a escassez de materiais e artigos sobre a temática supracitada⁴, em vista disso, o presente trabalho se faz crucial por refletir a escassez da abordagem temática, assim, como mencionado anteriormente, é crucial a reestruturação da m curricular e a ampliação da discussão sobre a xenofobia.

Por meio da perspectiva ancorada na obra de Durval Albuquerque Júnior (2016) sobre a significação da xenofobia, fica notório que o substantivo é oriundo do grego onde *xénos* significa (estranho, estrangeiro) e *phobo* (medo), logo o conceito denota sobre o medo, aversão, repúdio e hostilidade à sujeitos estrangeiros, encarados como diferentes etnicamente/culturalmente. Entende-se, portanto, que a variável imigratória não é a única condicionante. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006):

A xenofobia implica uma delimitação espacial, uma territorialidade, uma comunidade em que se estabelece um dentro e um fora, uma interioridade e uma exterioridade, tanto material quanto simbólica, tanto territorial quanto cultural, fazendo daquele que vem de fora desse território ou dessa cultura um estranho ao qual se recusa, se rejeita com maior ou menor intensidade. (p. 09)

O ponto anterior mencionado rompe a concepção do espaço territorial como único vetor para a recusa ao corpo migrante. São recorrentes os meios que inviabilizam as vivências dos sujeitos, desumanizam a trajetória destes e exprimem o caráter exploratório e *coisificado*, retirando-lhes o local de indivíduo. O racismo é um dos mecanismos asfixiantes que englobam e são englobados na xenofobia, executando o papel seletor de empatia, além disso, o racismo é um dos atenuantes para o genocídio dos corpos vistos como diferentes. A xenofobia é uma violação aos direitos humanos disposto no artigo 20 da Lei do crime racial 7.716/89, pode ser fundamentado em fatores históricos, religiosos, étnicos, raciais e culturais.

A sociedade brasileira espelha um caráter viciado quando o assunto é xenofobia, pois há um grupo minoritário de direitos que são subalternizados em aspectos socialmente aprendidos. Assim como a subalternização se anexa na esfera econômica, para além dos aspectos psicológicos. Os

⁴ No que se refere à escassez de materiais encontrados sobre a temática, estes estão disponíveis nas plataformas da Scielo, Attena e google acadêmico, a página 15 deste documento evidencia o quantitativo detalhado encontrado de seus descritores.

sujeitos aqui listados recebem com maior veemência os bombardeios diários desumanizantes, semelhantes às bombas de Hiroshima e Nagasaki, em função da usurpação de direitos, retirando-lhes qualquer possibilidade de empatia e compaixão. O Outro, migrante, é distanciado por meio de muros como o de Berlim. (In) transponíveis. Barreiras invisíveis, logo são acometidos à repulsa.

O aspecto anteriormente mencionado, alude sobre a racialização do aspecto xenofóbico. O conceito de *xenofobia racializada* é oriundo do ator, ativista e romancista srilankês, Ambalavaner Sivanandan, que aplica o direcionamento do fuzilamento de corpos negros, predominantemente em função da intolerância religiosa e do racismo. Portanto, segundo o autor, o fuzilamento é efetuado e encorajado por um pacto implícito de um grupo minoritário numericamente, mas majoritário no poderio econômico e nas relações que abarcam a sociedade como um todo. A xenofobia racializada ou xeno-racismo, a qual a sociedade brasileira emaranha-se e é emaranhada, promove a multiplicação de atos discriminatórios e subalternizados por meio do caráter racial como um potencializador, onde os indivíduos que praticam os atos xenofóbicos percebem-se para além das infrações legislativas efetuadas.

Por isso, a perspectiva é de que o sujeito migrante é uma ameaça em potencial. Tanto quanto em razão de seus fatores históricos, assim como em virtude de um pacto narcísico entre os brancos, em que os outros componentes deste pacto narcísico são vistos como sujeitos referentes, assim como o movimento de autopreservação que incorpora ao Outro o aspecto de aniquilamento. Neste sentido, Freud⁵ afirma que o movimento reflete sobre o amor sobre si mesmo, para além de manifestar-se contrário ao diferente, à perspectiva de autopreservação anexa-se a imutabilidade, por consequência, a mudança é sinônima de desaprovação, pois o grupo que tem o aspecto narcísico como marco é centrado como referência do normal. Vale enfatizar que os eixos centrais que intitulam e regem este trabalho emergem do campo específico do cenário nacional, no qual há uma especificidade sobre os sujeitos que são “submergidos”.

Nesta perspectiva, o projeto de sociedade em que o Brasil foi e está instituído é reflexo de um processo altamente repulsivo. Discorre, decorre e molda-se em função da constância de utilização de mecanismos homofóbicos, transfóbicos, misóginos, assim como, xenófobos e racistas. A utilização destes mecanismos tem o intuito de anular os conhecimentos, costumes, culturas e sabedorias que são perpassados entre tais vivências e sujeitos oriundos de espaços adversos.

⁵ Michel Foucault delineia sua linha de pesquisas e raciocínios principalmente sobre o poder, debruçando-se sobre as manifestações deste no discorrer das relações e espaços, para ampliar a perspectiva sobre o supracitado raciocínio, indicamos a leitura dos artigos a seguir: O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault de autoria de Tâmara Bordin, tal como, As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas de autoria de Isabella Ferreirinha e Tânia Regina Raitz.

Desde o lapso de outrora, os sujeitos negros foram subalternizados. Assim, dando ênfase aos sujeitos que foram tomados de seus espaços, tanto quanto dos seus e de si. Conceição Evaristo (2021), educadora mineira, formada e forjada por meio das suas vivências, afirma: “o passado é inevitavelmente implacável, o futuro, em geral, duvidoso, certas vezes inexoravelmente negado” (p. 10). Evaristo reafirma o ponto anteriormente mencionado sobre o passado nebuloso que nos permeia histórica e culturalmente. O oceano de preconceitos que banha o país acentua-se sobre os sujeitos em função da intolerância religiosa assim como o racismo.

As práticas educacionais brasileiras refletem a apartação com a dívida histórica para com os negros e indígenas, estas práticas geralmente são utilizadas na manutenção e na perpetuação do genocídio cultural e histórico refletido na contemporaneidade. Em comunhão com este aspecto, Tomaz Tadeu (2002) explicita que “o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais de sua história, de sua produção contextual” (p.7)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que tem por objetivo sistematizar os conhecimentos que serão ofertados no âmbito escolar, a BNCC norteia as práticas pedagógicas desde a educação infantil até o ensino médio, apenas a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é incorporada neste aporte documental. A BNCC promove com que o conteúdo ocorra de modo “homogêneo” para todo o corpo nacional, fazendo com que haja uma universalização nos conteúdos, o documento é embargado de indagações, questionamentos, controvérsias e aprovações sobre as suas abordagens e debruçamentos. O documento expressa-se como espelho da sociedade, de suas necessidades assim como interesses, vale enfatizar que o conteúdo deste documento é influenciado por meio do Estado tal como grupos privados explicitam.

Logo, o conceito de xenofobia racializada debruça-se sobre estes sujeitos. Por meio dos pontos levantados nesta breve síntese, temos como pergunta norteadora: A partir de quais abordagens e perspectivas a BNCC dos anos iniciais do Ensino Fundamental aborda a questão da xenofobia e do xeno-racismo?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o objetivo de discorrer sobre o tema proposto, elencamos cinco categorias teóricas com o intuito de ancorarmos nossa fundamentação. As mesmas foram revisitadas nas buscas nos portais acadêmicos *SciELO*, *Google acadêmico* e *Attena*. Além disso, foram realizadas análises em obras relevantes para o contexto das categorias selecionadas. São elas: Relações étnicas e racismo (2.1),

educação e desigualdade (2.2), Xeno-Racismo ou xenofobia racializada (2.3), Xenofobia no processo educacional (2.4) e BNCC e currículo (2.5).

2. 1. Relações étnicas e racismo

Considerando o aspecto racial como um dos pilares constituintes principais nesse processo, é de suma importância abordar acerca da perspectiva racial ligada excepcionalmente ao cenário brasileiro. Para além de delinear práticas e meios oriundos dos aspectos coloniais que aprisionam corpos e mentes, a fim de romper concepções raciais ancoradas no aprisionamento dos indivíduos acometidos, na qual reforçam aspectos estruturais de imutabilidade, a autopreservação de um grupo majoritário na concessão de direitos, tal como na licença para burlar os deveres estabelecidos como via de regra, promove, sobretudo a culpabilização de atos e práticas discriminatórias sobre o sujeito acometido. Todavia, o aspecto racial aqui expresso, se torna ainda mais complexo se anexado aos parâmetros do país, visto que é um país em que há a hipocrisia do darwinismo social para além da falsa democracia racial, os quais persuadem os discursos que permeiam as premissas constitucionais de igualdade social, omitindo os fatores históricos herdados até o presente momento.

Em virtude disso, Lilia Schwarcz (2012) explana: “ Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade de leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação.” (p 32). Os sujeitos brancos são apartados acerca dos debates sobre racismo, tal como no que se refere ao movimento de branqueamento na sociedade brasileira, ademais esse movimento emana excessivamente como o deslocamento que alicerça ao negro a responsabilidade sobre a dinâmica racista do país. Pactos narcísicos. O narcisismo em resumo, refere-se ao amor excessivo a si mesmo, logo esse pacto estende-se aos seus semelhantes, assim como ocupa-se no aspecto da autopreservação, gerando aversão aos corpos que não estão alicerçados ao pacto narcísico, excluindo os que congregam com o tal pacto de toda a responsabilização pelos atos e ações realizadas. Nesse sentido, a psicóloga e professora Aparecida Bento (2003) alude fortemente no que diz respeito a esse pacto silencioso entre a branquitude. No tocante a isso, a autora evidencia que: “ No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura-se identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. ” (p.28).

Assim, a dinâmica do branqueamento atribui ao corpo negro a responsabilização sobre as discriminações que estes são acometidos, ademais, este aspecto se relaciona com a concepção meritocrática, em que, esvazia-se as particularidades sobre as vivências dos sujeitos, partindo da

premissa de igualdade de direitos assegurada constitucionalmente, tal como se todos estivessem em uma corrida, defrontados a linha de partida. Vale ressaltar que antes de soar o aviso sonoro que indica a largada, alguns destes participantes não se alimentaram antes da corrida, mas isso é detalhe, ah! Alguns também não utilizam sapatos adequados, assim como há aqueles que sequer o estão utilizando, *mas isto é insignificante não é mesmo?* Apenas o resultado final importa. Quem completar o percurso primeiro é merecedor do prêmio, afinal, supostamente todos tiveram as mesmas chances. O discurso meritocrático se apoia numa perspectiva de equidade que sequer existe no solo brasileiro. Um país forjado por meio das desigualdades e vulnerabilidades que o cerceiam não combinam com o discurso meritocrático. O descompromisso com o outro reflete para além de proteção ao corpo integrante de seu laço de pertença, revela a exclusão, o aprisionamento, a segregação e desvalorização moral.

A demanda acerca das desigualdades sociais é enfatizada por meio das peculiaridades fenotípicas dos sujeitos acometidos. Em meados do século XIX o aspecto poligenista, hegemônico, para além do racismo científico, foi importado, tal como, acoplado quase que na gênese formativa no *DNA* do país, a ótica aguçada por Joseph Gobineau no século XIX⁶, se consolida por meio da figuração que determina que por meio das relações inter-raciais, o país é acometido a desvincular-se com a perspectiva civilizatória. Gobineau mostrava-se contrário a miscigenação. Segundo a sua perspectiva, a mestiçagem era a origem da decadência das civilizações. O discurso eugenista atribuído a este aspecto remete ao sujeito negro o desejo de branquear-se/branquear sua descendência, a fim de que o processo civilizatório alcance estes sujeitos, tornando-o “dignos” de empatia, privilegio e a amplitude na oferta de oportunidade.

Há uma tese que se fundamenta em preceitos religiosos e arbitrários, a fim de promover deliberações a atos racistas e discriminatórios. Especificamente no livro bíblico de gênesis no capítulo 9 versículos 18 – 29 ocorre a maldição recebida por Cam por meio de seu pai, Noé, que discorre em favor da prole de Cam, por este caçar de Noé que se encontrava em situação de nudez em razão da embriaguez com o vinho. Após recobrar seus sentidos ao passar sua embriaguez, Noé ao saber da ação realizada por Cam profere a maldição, em que a genealogia de Cam estaria condenada a viver sob a autoridade de seus irmãos. Todavia, a justificativa ancorada nos preceitos bíblicos sequer explicita as características fenotípicas de Cam, em contraponto, Canaã sequer é território do continente africano, atualmente Canaã faz parte do território asiático, refutando a teoria que em função do aspecto religioso os sujeitos oriundos do continente africano estariam fadados à escravidão.

⁶ SEYFERTH, Giralda. **O beneplácito da desigualdade**: breve digressão sobre racismo. In: Vários autores. Racismo no Brasil. São Paulo: ABONG. 17-43.

Desvinculando a teoria anteriormente mencionada, que por razões divinas estes deveriam estar rendidos ao processo escravista. A redenção de Cam; obra de autoria do artista Modestos Brocos⁷, que transfere visualmente o aspecto vivenciado e ancorado na fundamentação do tornar-se branco para torná-lo puro, uma das obras mais visuais da concepção anteriormente mencionada, tal como racista nas mesmas proporções. A referida obra foi elaborada no curto espaço temporal após a abolição, a concepção de branqueamento anteriormente mencionada é refletida por meio da figura de uma senhora retinta no canto esquerdo da tela que glorifica o embranquecimento da sua descendência, a figura que aparentemente simboliza a sua filha apresenta o tom de pele menos acentuada que o da senhora, assim como o filho/filha desta, apresentando-se como neto ou neta da senhora, fruto do relacionamento da sua filha com um imigrante, convergindo na efetivação do processo branqueamento do país. Logo o movimento transposto na obra de Brocos promove a sensação de um suposto progresso, progresso da nação tal qual da prole.

Um espaço que deploravelmente nunca foi negado ao corpo negro refere-se a sua exploração, violação e para além destes espaços sem barreiras físicas: os hospitais psiquiátricos. Ademais do âmbito excludente a este atribuído, o extermínio está intrínseco em seu *DNA*, os dados manifestados por Patto (1997) refletem que no começo do século XX a taxa de mortalidade nesses espaços circundavam cerca de 80% a 90% , logo o espaço continha muito mais semelhanças com os campos de concentrações em Auschwitz do que propriamente um espaço curativo. O aspecto classificatório não se restringiu a perspectiva defendida por Gobineau, havia aspectos classificatórios que elencaram quais os corpos deveriam pertencer a esta esfera, mulheres que viajavam desacompanhadas assim como em função de suas características raciais, lábios grossos, nariz achatado, seios avantajados; características necessárias para serem incorporadas à grade dos degenerados, para além dos loucos, tuberculosos, delinquentes e alcoólatras, estavam ancorados aos “fora da norma”. Não por acaso são os “fora da norma” acabam sendo segregados do meio educacional.

2.2 Educação e desigualdade

As movimentações que cercam a esfera educacional são oriundas de movimentações descompassadas, com idas e vindas, avanços e retrocessos, corridas e passos comedidos. A sociedade não está inerte, tão pouco o âmbito educacional deva estar. O âmbito escolar se expressa como laboratório, onde há a mescla de crenças, valores, saberes, para além da pluralidade cultural. Há uma súplica pela reconstrução do montante estrutural da educação do Brasil, um grito de liberdade para que os diversos saberes e vivências sejam contemplados por meio da estruturação de

⁷ A obra da redenção de Cam de autoria de Modesto Brocos segue nos anexos deste artigo..

meios normativos e pelo currículo. Para além da valorização da bagagem vivenciada por cada indivíduo, a interação entre estes promovem a construção coletiva e individual da(s) identidade(s). Segundo Nilma Lino Gomes (2002): “Nenhuma educação se constrói no isolamento. Ao contrário, é negociada durante toda a vida por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior com outros.” (p 39).

Como supracitado anteriormente, há movimentações que determinam os rumos e caminhos que materializam os investimentos, interesses políticos e principalmente econômicos na esfera nacional e global, em ênfase no aspecto educacional. De acordo com a perspectiva de Foucault⁸ (2010), o poder está por toda parte; seja por meio do direito, ora por meio da verdade. Vale ressaltar que esta relação ocorre de modo flutuante, não estando alicerçado a uma instituição e a ninguém, ademais, o poder requer autoridade, o saber por sua vez está numa relação de formas e conteúdos. Todavia, o poder está vinculado com a mobilização de forças, que sucede efeitos sobre o saber e a verdade. Para Foucault (2010): “O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (p.30 apud Bordin, 2014 p. 225). Consequentemente, o saber e o poder estão anexados um ao outro, em uma relação de dependência, um não existe sem o outro.

A projeção refletida sobre os conhecimentos abraçados no do chão da escola advém da constituição formativa das escolhas refletidas nos aspectos educacionais, assim como das escolhas dos educadores, as predileções temáticas que promovem à utilização de meios a fim das evidenciações ou redução das desigualdades, vulnerabilidades sociais, econômicas e raciais, para além da deturpação histórica. Por sua vez, o saber exige a abertura ao novo, estar aberto a ensinar, tal como, estar aberto ao processo cíclico de aprender e refazer-se por meio da construção/formação contínua.

O ambiente escolar acaba esquecendo-se que em suas premissas há o dever revolucionário, a formação integral de seus componentes que extrapola os conteúdos curriculares e todos os componentes expostos na BNCC, reverberando na mudança social que tanto clama a sociedade, o papel da escola precisa refletir sobre os educandos acerca do rompimento da compreensão fatalista dos modos de produção, tal como, o resultado deste sobre os problemas na sociedade, a falta de moradia, por exemplo, não é uma fatalidade, algo que simplesmente está posto e não um mal irremediável, é uma causalidade que se consolidou por meio de imposições e ideologias, é responsabilidade da escola incentivar o pensamento crítico de seus educandos.

⁸ Michel Foucault delineia sua linha de pesquisas e raciocínios principalmente sobre o poder, debruçando-se sobre as manifestações deste no discurrir das relações e espaços, para ampliar a perspectiva sobre o supracitado raciocínio, indicamos a leitura dos artigos a seguir: O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault de autoria de Tâmara Bordin, tal como, As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas de autoria de Isabella Ferreirinha e Tânia Regina Raitz.

Oposto ao sentimento de conformismo e neutralidade. Ao avesso de sua gênese, que tem como premissa a formação social, o incentivo a celebração das diferenças de seus estudantes, para além, dos costumes, o âmbito escolar acaba a utilizar-se do *Ctrl c* e *Ctrl v* que a sociedade espelha, reproduzindo desigualdades e as demais lacunas já citadas no presente trabalho, ao invés de promover a ampliação acerca dos debates e buscas por solucionar tais problemáticas. Como vivemos em uma sociedade estruturada no racismo, machismo e sexismo, estas estruturas psicossociais se anexam aos atores educacionais, com ênfase aos educandos, que são os protagonistas do cenário educacional e adentram o espaço escolar. A atenuação destas estruturas genocidas ocorre em ênfase no espaço familiar, que é o primeiro grupo social ao qual o sujeito é incorporado. Logo o espaço educacional é seguramente o cenário mais apto a promover as rupturas necessárias nas estruturas sociais, como mencionado anteriormente, expressando o seu papel transformador da sociedade.

Ainda que cotidianamente presente no cenário educacional, ações no âmbito mais restrito, nas salas de aula as diferenças tendem a ser neutralizadas; melhor dizendo, são liquidadas, invisibilizadas; a neutralidade e a educação são pontos que não convergem. Ainda que este movimento reverbere na perpetuação das desigualdades, digo-lhes mais, os tornam cúmplices. São recorrentes os acontecimentos sobre preconceitos e discriminações efetivadas no espaço da sala de aula, “o silêncio do professor, no que se refere à diversidade étnica e às suas diferenças, facilita o desenvolvimento do preconceito e a ocorrência de discriminação no espaço escolar.” (Cavalleiro, Eliane, 2000, p. 13) Por se achar igualitária e livre de qualquer discriminação, a escola pode atuar na perpetuação de desigualdades e amarras sociais que transcendem em suas águas e mais uma vez acaba por desaguar em outra foz; a manifestação do racismo, ademais adentra no campo em que as violências são frequentes e rotineiras.

É notório que a transformação social necessita transcender as veias do meio educacional, ainda que inegavelmente careça de um entremeado de (re)adequações, políticas públicas efetivas que possam reduzir as vulnerabilidades para os sujeitos que se apresentam a margem de qualquer política pública, em realce os corpos que são desumanizados, os corpos em situação de rua, corpos que sequer correspondem a personificação dos sujeitos de direitos. O espaço educacional apresenta-se como um devaneio, uma utopia. O cenário atual, ainda que se manifestando com todas as suas lacunas e entraves, já foi um sonho. Assim como expresso por Paulo Freire (1996), sou um ser esperançoso, ainda que por vezes desesperançoso por fatores inumeráveis que nos cercam, revisto-me da esperança, sem ela tão pouco podemos existir. Assim discorre a educação, ocorre no movimento, ocorre na flexão do verbo em gerúndio; amando, caminhando, transformando, aperfeiçoando, aprendendo, ensinando, chorando, gritando, clamando, protestando e não menos importante, acolhendo.

2.3 Xeno-Racismo ou xenofobia racializada

Neste espaço realizamos uma breve síntese sobre as bifurcações e debruçamentos da xenofobia racializada ou xeno-racismo no cenário nacional, pois há aspectos específicos que abarcam este conceito no Brasil em virtude de todas as singularidades, movimentos e processos históricos, tal como o processo colonizador e exterminador que se entrelaçam no país, um cordão umbilical entre o processo desumanizador do sujeito imbricado pelas relações sociais e a concepção que o corpo negro é alheio do desenvolvimento do país. O conceito abordado por Sivanandan obtém um teor distinto no cenário brasileiro, em comparação ao conceito inicialmente proposto pelo autor em 2001. O conceito consolidou-se por meio de um diálogo com a cientista social Liz Fenekete. Segundo Sivanandan a respeito do conceito:

É um racismo, isto é, que não pode ser codificado por cores, dirigido também para brancos pobres e, portanto, é passado como xenofobia, um medo “natural” de estranhos. Mas, da maneira como denigra (denigrates) e reifica (reifies) as pessoas antes de segregá-las e / ou expulsá-las, é uma xenofobia que traz todas as marcas do antigo racismo. É racismo em substância, mas “xeno” em forma. É um racismo atribuído a estranhos empobrecidos, mesmo que sejam brancos. É xeno-racismo. (Sivanandan, apud, Faustino, Oliveira 2021 p. 196)

A xenofobia depositada sobre o corpo migrante ampara o caráter animalesco, demonizado, desumanizante, para além de atrelar a este corpo preço e custo, ancorando a estrutura de produto, dissociando a substância da humanidade. O processo de promoção de ampliação das desigualdades por meio da xenofobia com o cunho racial favorece as grandes economias, consolidando mecanismos e mão de obra barata, desconsiderando as formações e qualificações do sujeito. A xenofobia racializada obtém aos corpos negros o alvo em cores neons, tem caráter discriminatório para além do quesito da cor e espaço geográfico, é oriundo da colonialidade e promove a rejeição das subjetividades dos indivíduos. Ainda que a tonalidade da pele não seja o único fator determinante na xenofobia racializada, este aspecto exerce influência acerca do tratamento obtido em função da cor da pele, a abundância de melanina, assim como sua origem e raça promove um abismo na integração plena do sujeito na sociedade.

2.4 Xenofobia no processo educacional

Como dado a grande maioria das fobias sociais e humanas que partem da insegurança do próprio sujeito, a xenofobia não se distancia desta parcela. A xenofobia parte da inquietação da

perda da identidade, o abandono em função das constantes mudanças. Logo, partindo da premissa estabelecida em que o contato com o estrangeiro promove uma ruptura com os aspectos construídos e solidificados dos sujeitos, concebendo o vir a ser deste indivíduo. A imigração não é somente uma parte da vida, é a própria vida, não irá cessar de existir. A perspectiva de Durval Muniz (2016) promove a consolidação dos pontos supracitados, que para além da fobia, antipatia e aversão ao Outro, a xenofobia “implica uma desconfiança e um preconceito em relação às pessoas estranhas ao território, ao meio, a cultura a que pertence aquele que julga, que observa, que se considera como estranho em seu lugar.” (p. 9).

As concepções classificatórias utilizam-se das noções de raça, etnia e nação, na qual emergem da ordem hierárquica de organizar grupos e sujeitos socialmente mais ou menos qualificados, seus pertencimentos nacionais, biológicos e sociais, tornam-se marcadores deste processo. Ainda que a noção de raça só venha a ser mais ou menos delimitada no século XVIII, outro conceito se alicerçava como alvo norteador das exclusões e preconceitos no século XVI. Bárbaros. O conceito era utilizado para distinguir povos que não fossem oriundos da Grécia, ademais, estes eram considerados desprovidos de razão, o conceito se aplicava abertamente a qualquer sujeito pelas determinações classificatórias que vivenciava divergente das condutas morais e religiosas, sociais e culturais por meio do olhar europeu.

Selvagem tornou-se um adjetivo comumente presente na gênese classificatória, estreitando o laço com a animalização do corpo que não se adéqua aos caracteres impostos pelo holofote europeu. Posteriormente a solidificação do conceito promoveu a amplitude do termo de cunho xenofóbico, na qual se evidenciava que os bárbaros eram incivilizados, vistos como intrusos e desprovidos de linguagem para além da diversidade religiosa. Pode-se constatar que os moldes que encaixotam as pessoas em bárbaros ou não se determinava por meio de sua autopreservação, tal como, o que cada qual considera como verdade inviolável, considerando as suas vivências e costumes como guia para as práticas dos demais povos.

Muniz (2016) nos chama à atenção sobre o discorrer dos aspectos históricos que se entrelaçam a xenofobia, uma das personificações de discriminação e xenofobia nomeia-se por Hitler. Discursos deturpados, a fim de servir aos seus propósitos. Câmara de gás, extremismo e perseguição.

Através da história, encontramos muitos outros acontecimentos como esse, que puseram frente a frente povos, etnias, culturas que não se reconheciam entre si como iguais, como pertencentes à mesma espécie, como tendo a mesma carne, como fazendo parte das mesmas maneiras de ser. (p 16).

Os brasileiros apresentam uma dicotomia em seu comportamento, a dicotomia está entre a empatia *versus* compaixão ao Outro, assim como, manifestando-se como ser colaborativo *versus* sujeito xenófilo. De tal modo, a população brasileira apresenta um comportamento de repulsa, aversão e hostilidade a este corpo migrante, ainda que o país apresenta-se como um dos que mais recebe imigrantes segundo dados do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados de 2022 (ACNUR), na qual reconheceu como refugiados até 2022 o número aproximado de 65 mil pessoas. Com a crescente crise global dos refugiados os comportamentos xenófobos foram inflados, tomaram corpo, encontrava-se aí o seu “norte”, ainda que tal repulsa pelo Outro exista há inúmeros séculos, a fobia social aqui expressa toma realce por meio da ascensão de governos de extrema-direita ao redor do mundo.

Vivendo em uma sociedade onde as informações recebidas diariamente sejam vastamente maiores que as recebidas durante toda a vida dos personagens que vivenciavam no cenário do século XV, ao qual Gutemberg deparava-se, onde a imprensa dava os seus primeiros passos, a estrutura e as formas de transmissão de informações acabam tomando em seu corpo ruídos que comprometem a resolutiva da informação. Informações dispersas de modo pedante na perpetuação/propagação de *fake news* e discursos de ódio, que sem a análise efetiva na sociedade *fast food* que encontramos atualmente, não há tempo para a avaliação, (ainda que sejamos transpassados pelo tempo, ele não é palpável) tudo deve estar pronto ao imediatismo do consumo.

Todavia, a divulgação de *fake news* de modo intencional a fim de agregar leitores que possam corroborar a este corpo de sujeitos que tem em seu intuito de ventilar inverdades, promove prejuízos para além da alienação dos corpos e mentes, atua fortemente no aspecto de desumanização do Outro, seguindo interesses de terceiros. O medo entremeia todos estes processos; o corpo diferente é visto como alvo em cores neon, que facilmente são tidos como perigosos, alvos fáceis. Este medo do desconhecido atribui sobre o Outro a estigmatização e legitimação das desigualdades. Empreitados, encurralados de modo velado ou explícito, as discriminações sofridas cotidianamente pelos imigrantes vão contra a maré no que tange a Constituição Federal de 1988. De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal de 1988, consta como um de seus princípios “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Conforme o diálogo de Arantes, Haase e Chagas (2009) onde explanam que as atitudes xenófobas podem ocorrer cognitivamente de modo automático, de modo implícito, frente a estímulos novos ambíguos, para além de serem socialmente absorvidos.

As atitudes correspondem a representações valorativas de pessoas, objetos e conceitos que são armazenadas na memória de longo-prazo e que são ativadas, na maioria das vezes de forma automática, frente a uma ampla gama de situações, dentre as quais se destacam principalmente aquelas caracterizadas por um elevado

grau de ambigüidade, como a maioria das interações sociais (Cunningham & Zelazo, 2007 apud Arantes, Haase, Chagas 2009 p54).

O medo realmente licencia a objetificação do Outro? Cercear espaços e conhecimentos? No aspecto educacional a história se repete, os conteúdos curriculares se entremeiam, ainda que estruturados isoladamente, de modo a propiciar um suposto movimento de encaixotar estes conhecimentos. Tais conhecimentos ocorrem concomitantemente, se interligam e reverberam-se uns nos outros, todavia os conteúdos escolares seguem uma padronização cronológica, uma linha reta, ainda que demonstrativamente se assemelhem a uma frequência cardíaca; com pontos que manifestem subidas e descidas descompassadas. Para além de formar alunos, ensinar conteúdos que são essenciais para além da resolução de questões exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o professor atua como agente transformador do sujeito, a fim de romper estereótipos que transcendem a nacionalidade e são acoplados pelo fenótipo, predileção a relacionar determinados grupos a representações incivilizadas, arcaicas, que se quer se relacionam diretamente com a realidade; para isto é essencial que o sujeito se mantenha aberto à mudança, expostos a se (des) reconstruir, como afirma Paulo Freire (1996): “Como impossível seria sairmos na chuva expostos totalmente a ela, sem defesas, e não nos molhar.” (p. 96).

2.5. BNCC e currículo

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, tal como a colaboração da sociedade. Tencionar o currículo é pensar nas diferenças que compõem o corpo cultural dos âmbitos escolares, considerar as diferenças como mola propulsora das diversidades não como meio excludente por meio da diferença. Deve-se estruturar o currículo tal como a BNCC a fim de abarcar as ramificações que possam compor o território plural, de somas, trocas, arranjos e desarranjos. E não menos importante, o afeto, que os consiste. Uma das maiores problemáticas acerca da esfera educacional atual é a movimentação das peças deste jogo de xadrez que chamamos de sociedade. Escolhas que contemplem as singularidades, a fim que as diferenças não se tornem abismos abissais, mas sim, territórios de discussões em que se (re) constituem por meio do fluir das forças. É o mover-se por meio da diferença e não apesar dela.

Em culminância com as minhas indagações acerca das diversidades que eclodem no espaço escolar, tal qual a diversidade anteriormente mencionada clama para ser abordada nos livros didáticos e a BNCC, Marluce Paraíso (2010) explicita:

Mas, se mesmo com os investimentos para controlar a diferença no currículo, tudo aí ainda vaza, por que não pensar o currículo por meio de suas bifurcações? Por

que não experimentar no currículo o jogo da diferença? Por que não pensar o currículo por meio dos seus vazamentos, escapes, suas linhas de fugas, distorções e variações? (p.588).

Como mencionado anteriormente, os meios que cercam o espaço educacional, tal como a esfera educacional e a BNCC, acabam por se distanciar do papel da educação, que é a construção integral do ser para além dos conteúdos programáticos. Ainda que a formulação destes precedem as normas e técnicas como norte para as bifurcações das indagações, das rupturas que moldam as entrelinhas da BNCC, dos ditos e dos não ditos. Promovem lacunas, tal como possibilidades por meio dos aspectos não prescritos.

A concepção de Antônio Moreira e Tomaz Tadeu da Silva (2002) se enlaçam com todas as indagações e manifestações aqui expressas, segundo estes: “ O currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais de sua história, de sua produção contextual” (p.7). O ponto anteriormente suscitado a respeito do currículo, tal como as relações de poder ao qual este flexiona, convergem com a perspectiva abordada por Foucault em que o poder produz saber, segundo o autor não há poder que não se relacione com o saber, para além de saber que não se constitua por meio das redes de poder.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho corresponde a uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, com caráter qualitativo. Buscamos proceder acerca da pesquisa bibliográfica e documental no sentido de realizar um levantamento sobre referências teóricas, a fim de nos debruçarmos sobre a problemática e as implicações da BNCC em relação às lacunas educacionais presentes na estrutura brasileira. As etapas para a realização deste processo foram: a escolha do tema, a coleta dos textos e classificação dos mesmos e finalmente as análises e discussões sobre os conhecimentos, tal como sobre a BNCC.

A escolha pela abordagem qualitativa promove a amplitude acerca de temas complexos, tal como na compreensão e debate sobre estes na intenção de compreender os marcos legais, filosóficos e pedagógicos que corroboram na construção ou/e reconstrução da BNCC, daí a nossa escolha na referida abordagem. De acordo com a perspectiva de Minayo a respeito do ponto anteriormente mencionado, evidencia-se as entrelinhas que realçam o caráter singular da abordagem qualitativa:

(...) com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (...) O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (Minayo 2009, apud Gomes, Jaqueline 2017, p.12).

Para o desenlace de sua elaboração, as implicações aqui abordadas comungam acerca da análise da BNCC, direcionado aos anos iniciais da escolarização, assim como a averiguação no que diz respeito à síntese dos conhecimentos, proporcionando o entendimento e discussão sobre a temática. As pesquisas bibliográficas iniciaram-se em meados de 2021, utilizando-se de alguns descritores, foram estes: xenofobia racializada e BNCC dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de priorizar a relevância dos conhecimentos elencados nos documentos, desconsiderando os documentos que não estejam em congruência com a pertinência que norteia à temática.

A utilização dos descritores listados tem como encargo contemplar os conhecimentos que comungavam com a temática abordada. Como norte utilizamos o descritor BNCC anos iniciais e encontramos 4 trabalhos na plataforma da Attena pertencente à UFPE, acessado em 05 de março de 2024. Na plataforma da Scielo, foram encontrados 6 artigos. Acesso em 05 de março de 2024. Foram 33 trabalhos que compõem a esfera do Google Acadêmico acerca dos descritores listados até o momento de contabilização da pesquisa. Acesso em 06 de março de 2024. O uso do descritor de xenofobia racializada por sua vez mostrou-se de modo resumido nas plataformas da Scielo, Attena e Google Acadêmico.

Utilizando o conceito de xenofobia racializada como descritor na plataforma da Scielo, o resultante desta pesquisa foi de apenas dois trabalhos, ambos os trabalhos comungam da mesma perspectiva, não discorrem da xenofobia racializada ao aspecto educacional (acesso: 05 de março de 2024). A plataforma da Attena não há nenhum registro do descritor de xenofobia racializada entre as teses e dissertações (acesso: 05 de maio de 2024). Em contrapartida na plataforma do Google Acadêmico há uma disponibilização mais vasta de materiais utilizando esse descritor. Foram encontrados dez trabalhos versando por diversos campos, como saúde e aspectos geográficos.

Após a síntese dos documentos, houve uma seleção destes, elencando os que se adéquam a prosseguir com a discussão da temática e os conhecimentos que não correspondem ao esperado no que diz respeito a promover a maior compreensão acerca da temática, serão desconsiderados. Nesta análise, o recorte utilizado voltou-se a esfera ética por se tratar do campo de estudo dos autores, em virtude dos fatos anteriormente discutidos, debruçarmos a analisar as informações ou a escassez destas, acerca de como a BNCC amplia, enfatiza ou promove meios de valorizar a voz dos sujeitos a margem socialmente, com foco especial para a questão da xenofobia e do racismo.

4. AS QUESTÕES RACIAIS E A BNCC

Com o intuito de entender como a BNCC abordou as questões étnico-raciais e, mais especificamente, as questões da xenofobia racializada, realizamos uma busca através de descritores, no sentido de encontrar as discussões e/ou silenciamentos que o currículo em tela delegou ao tema. Como descritores listamos as seguintes palavras: “xenofobia”, “preconceito”, “racismo” e “étnico”.

Evidenciamos que por se tratar de um trabalho com ênfase nos anos iniciais do ensino fundamental, os debruçamentos acerca dos descritores ocorreram em prol deste eixo. Contudo, o documento utilizado para a pesquisa foi o completo, com mais 600 páginas, que trata de todos os níveis de ensino. Isso nos possibilitou perceber em quais anos e disciplinas a questão aparecia com maior recorrência.

Partindo das buscas na Base Nacional Comum Curricular, utilizou-se as teclas “Ctrl” + “F” a fim de nos defrontarmos com os descritores anteriormente listados. Iniciamos as explorações por intermédio do termo “xenofobia”. Para nossa surpresa inicial, o descritor não foi encontrado no transcorrer das 600 páginas da BNCC. Isto quer dizer que o documento curricular em questão silencia-se frente aos debates atuais acerca da xenofobia, nas mais diversas disciplinas, inclusive na disciplina de Geografia, tal como em todas as etapas educacionais listadas. De acordo com Paulo Farah (2017):

Como se sabe, o fluxo migratório de refugiados no Brasil, além de trazer novos desafios estruturais, tem incentivado o país a repensar mitos como o da “democracia racial” e o de que no país “todos são bem-vindos” sem distinção de origem, cor, religião, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, etc. (p.13).

A gênese brasileira é pluricultural, fruto de uma gama de povos oriundos de todas as partes do mundo, em proeminência, os povos imigrantes europeus e africanos, para além dos inúmeros povos indígenas que são os primeiros habitantes do solo brasileiro. Defendemos que a educação é a via mais sólida para a erradicação de atos e práticas discriminatórias. Entendemos que é papel da escola a formação do cidadão, a preparação intelectual e ética, a formação de sujeitos críticos e reflexivos. Para isso é fundamental que a BNCC possa oportunizar que os atores educacionais possam refletir analisar, criticar, sintetizar e tirar suas próprias conclusões a respeito da temática abordada.

“Racismo” foi o segundo descritor utilizado na pesquisa com a BNCC, onde nos deparamos com 4 aparições apenas, sendo estas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, ambas etapas com duas aparições em cada uma. Tal como no movimento histórico ocorrido no século XVIII, onde houve a conceitualização da ideia de raça, em meados do século XXI circunstâncias racistas se fazem ainda presentes, utilizando a inferiorização e diferenciação do sujeito como norte nas relações sociais estabelecidas.

Segundo Touraine (1995), a exacerbação das movimentações racistas é fruto das quebras das relações hierárquicas, contudo as relações hierárquicas e movimentações tradicionalistas se mantêm, em nova roupagem assim como muito mais aperfeiçoadas, em gestos simbólicos e cordiais, dizendo isto o autor anteriormente mencionado afirma:

Se a sociedade moderna é o lugar do aparecimento do racismo, é precisamente porque ela destruiu as relações de hierarquia e de distância social tradicionais, sem entretanto assegurar a integração de todos numa cultura universalista, deusas afastada da realidade dos estados nacionais. (Touriane, 1995, p. 29 apud Silva, 2002).

Ainda que a conceitualização de raça manifeste-se só no século XVIII, os diversos atributos classificatórios já operavam no século XVI, nas quais as primeiras desagregações da humanidade eram alicerçadas em aspectos fenotípicos, que sucedem-se articulados às especulações bíblicas históricas. O primeiro ponto que evidenciava a diferenciação foi à tonalidade da pele, seguindo de aspectos como comportamento bestial, irracionalidade e supostos indicadores que indicavam a inferioridade em comparativo aos europeus. As classificações não cessaram nestes aspectos, Linnaeus em 1735⁹ realizou a primeira grande classificação, subdividindo os indivíduos em duas espécies: *Homo sapiens* e *Homo sylvestris*, posteriormente ele subdividiu o *Homo sapiens* em cinco categorias: *Homo europaeus*, *Homo asiaticus*, *Homo americanus*, *Homo ferus* (selvagem), e *Homo monstrosus* (anormal). As quatro primeiras categorias definem-se por meio das localizações geográficas, assim como a cor da pele de seus sujeitos. Vale ressaltar que estes não foram os únicos critérios utilizados na classificação, pressupostos morais e estéticos incorporaram o quadro de parâmetros estabelecidos.

Ainda que não objetivamos explicitar minuciosamente as principais teorias raciais, assim como a fundamentação das classificações que têm o aspecto racial e geográfico como norte, é indiscutível abordarmos como esses enfoques reverberam no processo educacional e na resolução da sociedade atual. Como processo amplo, a educação abarca um processo complexo de humanização, que apresenta afastamentos e aproximações na qual se realiza em diversos espaços: família, movimentos sociais, comunidade, tal como a escola que se manifesta como a efetivação do espaço que a educação se torna palpável, em função disto Brandão (1981) aborda:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem (Brandão, p. 10-11. 1981 apud Gomes, p. 38-39 2002)

Ainda que a educação tenha sido instaurada no país por meio de privilégios e organizada para a manutenção destes, na atual conjuntura educacional a construção da educação a equidade se faz como pilar estrutural dado a sua emergência, ademais no solo brasileiro, evidencia-se a

⁹ Sobre Linnaeus e as classificações raciais, ver Giralda Seyferth (2002).

obrigatoriedade da reestruturação das práticas e metodologias na atual conjuntura educacional. O silenciamento expresso na Base Nacional Comum Curricular em referência ao racismo simboliza para além da concretização da lacuna a respeito do racismo estruturado na sociedade brasileira, ela atua como perpetuadora do racismo instaurado na sociedade, os educadores e educadoras não são os únicos responsáveis pelas práticas educativas que ocorrem no espaço educacional, de tal forma a BNCC deve estabelecer caminhos para que a marcha em prol da edificação, da valorização a respeito da personificação dos sujeitos negros e indígenas seja contínua, rompendo o movimento repulsivo da história única, assim como a sua neutralidade.

Aliás, a educação nunca se manifesta na neutralidade, sempre há aspectos que são favorecidos. Para além da valorização do sujeito, a confecção de uma base curricular plural promove a edificação da identidade do sujeito, por meio da oportunização deste diálogo interior e coletivo.

Segundo Nilma Lino Gomes (2002): “A diferença racial é transformada em deficiência e em desigualdade e essa transformação é justificada por meio de um olhar que isola o negro dentro das injustas condições socioeconômicas que incidem, de modo geral, sobre a classe trabalhadora brasileira.” É necessário pensar em uma educação que valorize o clamor para cura das chagas profundas, como Conceição Evaristo explana no seminário mulher literatura em 2007: “A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande e, sim, para acordá-los de seus sonos injustos”. O que congrega com a perspectiva adotada por Chimamanda Adichie, o discurso único sobre um determinado ponto. O lado “vencedor”.

O termo étnico foi utilizado em sequência, na qual encontramos 24 vezes no desaguar da BNCC, sendo estes nas etapas dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, tal como em demais aparições ao longo da BNCC. Pela terceira vez consecutiva não encontramos o descritor no âmbito da educação infantil, ainda que a referida etapa não seja fruto de nossas pesquisas no presente trabalho, é inegável a omissão da construção da BNCC na referida etapa, apartando a supracitada modalidade do diálogo, debate, assim como jogos sociais que promovam a socialização entre os pares, para além da identificação e reconhecimento da diversidade, visto a possibilidade da manifestação identitária depreciativa¹⁰ nos primeiros anos do Ser, visto a relação com o grupo étnico ao qual pertence. O silêncio transcorre todo este trabalho. Silêncio, a palavra proparoxítônica transcorre de algum modo todos os descritores utilizados na análise, em verdade o silêncio transcorre as relações, as relações interpessoais, em ênfase entre os pares negros, deste modo nos debruçamos a percorrer sobre e por meio do aspecto afônico.

¹⁰ Para maior compreensão acerca do ponto supracitado, indica-se a leitura da obra: Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil de autoria de Eliane dos Santos Cavalleiro. De antemão o trabalho anteriormente mencionado promove a concepção entre as relações étnicas, o espaço pré-escolar tal como este movimento com a família.

Como sobressalto aos descritores anteriores, o termo étnico manifestou aspectos bem contundentes para análise do contexto ao qual nos debruçamos a concentrar nossos esforços, como mencionamos anteriormente, o termo esteve presente 24 vezes no decorrer da BNCC, sendo estas, 10 vezes nos anos iniciais do Ensino Fundamental expressas em 8 momentos diferentes. 3 vezes foram aplicadas nos anos finais do Ensino Fundamental. Ao Ensino Médio o descritor se manifestou por 4 vezes, por fim o termo se fez posto 7 vezes no contexto geral da BNCC, transpassando a parte introdutória, áreas disciplinares que não se anexam a uma modalidade específica, deslocando-se na área das linguagens, ciências da natureza e ciências humanas. A demanda que aborda sobre a identidade e as relações étnicas é resultante de múltiplas interpretações, assim como produto de discriminações, cultura, opressões coletivas e ou individuais, movimentações que são fruto de articulações e negociações durante toda a vida.

Ainda que o termo étnico apresente-se em exceção aos demais descritores, em exceção em relação a um montante numericamente maior em comparação aos demais descritores listados anteriormente, assim como em ressalva à amplitude ao contexto ao qual o termo étnico se apresenta, o termo apresenta-se em uma maior variedade de contextos. Ressaltamos a complexidade deste descritor no processo social, em que abarca uma restrição na explicitação das propostas contidas na BNCC. Todavia, a exceção confirma a regra, regra sobre a diversidade, “é como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal” o universal.” (Bento, 2003 p.32). Para além, no tocante do controle dos conhecimentos e conteúdos que serão abordados no corpo escolar instruído por meio da BNCC, há um embranquecimento nestas teorias, conhecimentos e conteúdos, em suma, fomentam a falsa concepção de igualdade, tornando-se conveniente aos interesses capitalistas e aos resquícios coloniais presentes na sociedade.

Dito isto, podemos esmiuçar as aparições do termo étnico na BNCC, a primeira aparição referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, na qual foi encontrado na página 327, mais especificamente na área de ciências da natureza:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial. (BRASIL. Ministério da Educação, 2022, p. 327).

A manifestação contextual em que o termo está ancorado considera que o aluno teve um contato pré-consolidado na etapa da Educação Infantil, assim como experiências que congreguem para uma bagagem solidificada no espaço extraescolar. Todavia, como mencionado anteriormente, o

descriptor nem ao menos é mencionado na etapa educacional, logo necessitaria que o educador possuísse consciência racial, a fim de promover o diálogo entre os campos de experiências e a pluralidade étnica.

Analisando o contexto em que o corpo escolar está inserido, este aspecto pode passar despercebido, seja por possuir uma lacuna a respeito do desconhecimento sobre a temática, quiçá com a finalidade de distanciar a questão étnica do espaço escolar. Todavia, o termo se debruça estritamente a aspectos culturais, aspectos relacionados à pluralidade étnica racial poderiam facilmente ser incorporados ao corpo textual.

Dentre as 10 aparições acerca do termo étnico nos anos iniciais, 9 destes abarcam aspectos atrelados à territorialidade, direta ou indiretamente. A abordagem decorrida promove o acesso inicial para aproximar os atores educacionais acerca da dinâmica que engloba o racismo ambiental, assim como a diversidade relacional entre os atores sociais e a pluralidade étnica, além de entender a correspondência entre a desresponsabilização e/ou responsabilidade destes com o meio em que estão inseridos, proporcionando às partes constituintes a compreensão em relação a percepção de pertença com o território ocupado e vivenciado, distinguindo o território para além da quantidade de hectares, minérios que a terra pode ofertar e não menos importante, em identidade cultural.

A exposição a seguir decorre na página 362 da BNCC, estritamente na área de ciências humanas, correspondendo à disciplina de Geografia. Assim como contexto anteriormente abordado, a conjuntura explicitada supõe que o indivíduo tenha certo contato com a temática, como mencionado anteriormente, o termo étnico não foi mencionado na etapa da Educação infantil, logo, não há meios documentais no que corresponde a BNCC que possa nortear o educador a debruçar seus trabalhos para integralizar o termo em suas atividades. De acordo com a BNCC (2022):

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana. Espera-se que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais. (p. 362).

Por consequência, o desdobramento multidisciplinar em que problematiza as relações das noções de território considerando as relações étnicas envolve pluralidade sobre aspectos não ditos, para além dos corpos benquistos a ocupar determinados espaços geográficos privilegiados. De acordo com Seyferth (2002):

Nada muda após a independência, quando D. Pedro I, em 1.824, destinou recursos públicos para agenciamento de imigrantes alemães. Ao localizá-los no Sul, estava em evidência o fator geopolítico do povoamento e da colonização de uma região fronteira em disputa. Mas os escolhidos para colonizar eram imigrantes brancos e

não os nacionais. (p.30).

Mesmo que a questão étnica e o preconceito não se relacionem diretamente na explanação da disciplina na qual listaremos logo à frente, estas chagas sociais estão imbricadas como em uma simbiose, um vínculo altamente vantajoso para os detentores dos meios de produção e a sociedade colonialista. As lacunas e o silenciamento acerca das estruturas educacionais tal como na garantia efetiva ao acesso às necessidades básicas em prol de movimentos verdadeiramente integrativos com os saberes ancestrais se faz emergente.

Os territórios e áreas pertencentes aos corpos ancestrais que a todo o momento são violentados, são massacrados para além dos indivíduos, a causa é fragilizada igualmente com a deturpação da consciência acerca da demarcação das terras indígenas e a titulação das terras, atrelando a uma concepção errônea de bloqueio no desenvolvimento do país. A religiosidade é viés para humanizar tal como desumanizar, o debate que está no cerne é oriundo a partir de um determinado ponto de partida. Dito isto abordaremos uma explicitação do descritor nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

Assim, é imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos. (p. 367).

A face do exposto é preciso *aquilombar* os conhecimentos, os corpos e as mentes, romper com a perspectiva reducionista, onde o corpo negro e todas as singularidades que ele explicita, seja por meio de seus costumes, diversidades linguísticas e suas pluralidades, tal como todos seus patrimônios culturais e históricos, ainda sim, este corpo é o local de subordinação e ou de exclusão. Considerando todos os pontos ancorados a esta temática, assim como as aparições no decurso da BNCC, o aspecto sobre o êxodo forçado e os genocídios velados ou táteis, assim como a sensação de segurança congregada aos espaços ancestrais. É irrefutável que o corpo mutilado e estigmatizado, é este corpo que é afetado, mutilado, fragmentado, não apenas no campo imaginativo, é afetado por chagas sociais profundas, são os corpos livres de empatia. Ainda que a educação não venha a sanar todos esses hematomas e úlceras sociais, fruto de toda racialização é o viés mais consistente a seguir, advindo de uma permanência e uma constância em suas entrelinhas.

Por fim utilizamos o descritor preconceito. Buscou-se identificar, por intermédio da BNCC, a contextualização do termo nas diversas esferas, para além das lacunas expressas. O termo foi detectado 43 vezes no que se diz respeito às etapas da educação infantil ao ensino médio. A

manifestação numérica do termo preconceito na área de linguagens reflete majoritariamente acerca da utilização da expressão supracitada em referência a preconceitos linguísticos, diversidade linguística, escrita e oral, ademais, a área mencionada não promove alternativas concisas a fim da discussão do preconceito étnico e racial, tal como debate que promovam caminhos para o término das investidas preconceituosas na sociedade. Para além, a área de linguagens parte do princípio de abordar o preconceito linguístico por meio da diversidade, ainda que baseado no princípio baseia-se na igualdade, há uma escassez na racialização acerca do preconceito linguístico. No desenrolar da BNCC, novamente na área de linguagens, explicita meio a favorecer a pensar sobre preconceitos a respeito da língua inglesa, todavia as línguas africanas e indígenas não estão presentes neste afunilamento empático e racial.

O propósito da expressão empregada na BNCC reflete de modo implícito sua usualidade em função de seus aspectos que deságuam na amplitude do termo, esvaziando-o do enfoque discursivo atrelado ao cunho racial. Das 43 aparições do termo, apenas 3 estão presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 2 delas relacionando o preconceito aos movimentos corporais. O silêncio como explicitado repetitivamente neste trabalho não se distancia neste conceito, a omissão da dimensão racial e o empobrecimento da racialização se fazem atuantes, de tal maneira o termo preconceito se manifesta majoritariamente no campo alicerçado as danças, como se este campo fosse suficiente para atuar frente ao combate ao racismo. Alicerçando unicamente o preconceito expresso na BNCC dos anos iniciais aos estereótipos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

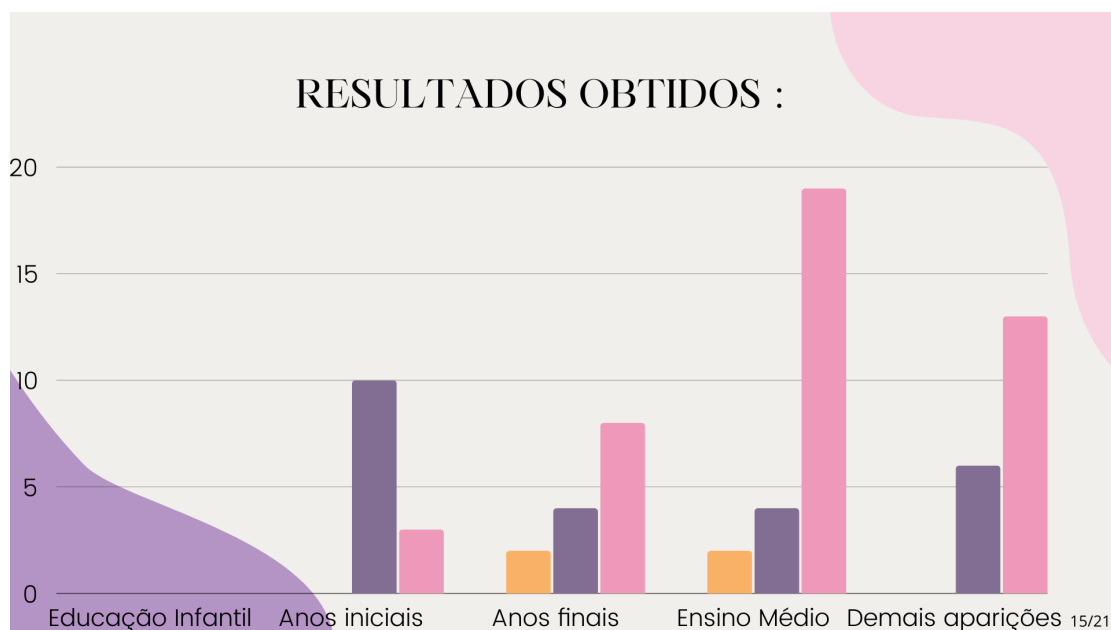
Em continuidade as reflexões aqui pontuadas, podemos conceber que o solo brasileiro sempre promoveu representações e concepções estereotipadas sobre o corpo negro, nas quais se manifestam dentro e fora do espaço escolar. Em um movimento de simbiose, onde os elos estão entrelaçados; o corpo negro é afastado de qualquer movimento empático e a xenofobia atribuída a este corpo “estranho” em comparação ao modelo eurocêntrico almejado que o dilacera dia pós dia. O corpo real se distancia do corpo perfeito almejado, os traços, a altura e os músculos tidos como o arquétipo ideal, o corpo que apenas David, a estátua de autoria de Michelangelo¹¹ possui, desenlaça em um processo tenso em uma busca pelo molde ideal inalcançável. A manifestação da pluralidade não era vista com bons olhos em meados do século XVI, onde ocorreram as primeiras clivagens baseadas por meio dos fenótipos, aliás a pluralidade até o presente momento por vezes se anexa a fobia e preconceito, transcorrendo sobre o corpo negro a subordinação de direitos, em que suas experiências, costumes culturas e etnias são anexados a perspectiva de bárbaros. Perspectiva esta que norteou a perspectiva xenofóbica racial acerca das explorações e inoportunização destes corpos,

¹¹ Sobre David de Michelangelo segue em anexo a imagem.

a comparação desleal se torna ainda mais evidente se confrontarmos com o acolhimento e oportunidades que o corpo branco se defronta, espaço indeferido ao corpo negro.

O que procuramos enfatizar por meio deste trabalho é o processo excludente acerca dos debruçamentos da BNCC no tocante referente à racialização da xenofobia que o país espelha e que a BNCC silencia. Realizamos um levantamento no referido documento, onde utilizamos os descritores xenofobia, racismo, étnico e preconceito, com o intuito de perceber como os debates se propagam ou se apartam na BNCC. Constatamos que o descritor xenofobia não esteve presente no discorrer do texto, o termo racismo por sua vez, se manifestou apenas duas vezes, sendo estas 2 nos anos finais do ensino fundamental e 2 no ensino médio. O termo étnico esteve presente 24 vezes em todo documento, desta, 10 se referem aos anos iniciais do ensino fundamental, e por fim o termo preconceito, na qual está presente 43 vezes em todo documento, todavia foram encontrados apenas 3 aparições referenciando aos anos iniciais do ensino fundamental. Apesar da ampliação das leis afirmativas que tem por intuito oportunizar o acesso a grupos historicamente discriminados, para além de uma amplitude na pluralidade e subjetividades dos conhecimentos, a fim de reverter o cenário desfavorável que os corpos negros e vítimas da xenofobia são acometidos, o caráter antirracista do documento se manifesta tímido, não apresenta elementos consistentes a favorecer o rompimento das amarras dos espaços cerceados pela escassez do debate, de discursos acrílicos, racistas, discriminatórios e que propagam a perspectiva de história única.

Em prol de consolidar os aspectos mencionados anteriormente abordados acerca dos descritores e suas manifestações na BNCC, realizamos a construção de um gráfico que solidifica estes aspectos. Horizontalmente classificamos as modalidades de ensino tal qual o eixo que aborda sobre as demais aparições do documento, tal como introdução, conclusão etc. Verticalmente na lateral listamos o quantitativo de aparições, assim como cada barra representa um descritor listado. Utilizamos a cor preta para as manifestações referentes ao descritor xenofobia, o descritor racismo está anexado a cor salmão, a cor lilás representa o descritor étnico, por fim cor rosa é referente ao termo preconceito.



(OLIVEIRA, 2024, p.23)

De acordo com Nilma Lino Gomes (2003): “A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade” (p. 170). Ainda que o processo educacional não se restrinja a escola nem os conteúdos nela abordados se manifestem unicamente por meio da BNCC, é imprescindível discutir a importância deste para a construção de um processo educacional mais complexo, na qual se interliga com a vida social, se interliga com a pluralidade da vida propriamente dita.

A BNCC, nos moldes que se encontra atualmente, coopera com a perspectiva de desigualdade social e racial, distanciando-se da construção da identidade negra positiva, por meio do silenciamento crítico no que se refere aos descritores aqui expostos, corroborando na propagação da perspectiva do mito da democracia racial tal como na compreensão acerca de determinadas discriminações tornando um mecanismo propagador das exclusões sociais e raciais.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval, Muniz de. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

BARBOSA, Maria, Eduarda. **O papel da educação no combate à desinformação, discriminação e xenofobia**. Pesquisas e inovações em ciências humanas e sociais: Produções científicas multidisciplinares no século XXI, vol. 1. Disponível em: <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_3-26.pdf> Acesso em: 25 dez. 2023.

BENTO, M., A, S. **BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL**. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S.(Orgs). **Psicologia social do racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, P 25-58. 2003.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016

FARAH, Paulo, Daniel. **Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância**. São Paulo: Revista USP, n. 114.2017

FAUSTINO, Deivison, Mendes; OLIVEIRA, Leila, Maria de. **Xeno-racismo ou xenofobia racializada?** Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. Brasília: REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. v. 29, n. 63, dez. 2021.

FERREIRINHA, Isabella, Maria, Nunes; RAITZ, Tânia, Regina. **As relações de poder em Michel Foucault**: reflexões teóricas. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma, Lino. **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas acadêmicas**. Curitiba: Rev. Filos, Aurora. v. 3. n.5. 2021.

_____. **Educação e identidade negra**. Minas Gerais: Aletria. 2002.

_____. Diversidade na educação : reflexões e experiências. In: **O impacto do diferente: reflexões sobre a escola e a diversidade cultural**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003, p. 70-75.

_____. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. São Paulo. Educação e Pesquisa. o, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003

KOHATSU, Lineu Norio; SAITO, Gabriel Katsumi. **Xenofobia na escola pública**: A perspectiva dos estudantes do Ensino Médio. São Paulo: USP, 2022.

JESUS, Carolina, Maria de. **Quarto de despejo**: o diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução**. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade; tradução de Maria Aparecida Baptista - 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.7- 38

OLIVEIRA, Patrícia, Porto de. **Desfazendo a maldição de Cam por meio dos assentos de batismo de escravos adultos da matriz do pilar de Ouro Preto (1712-1750)**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais. 2004.

PARAÍSO, Marlucy. **Diferença no currículo**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, maio/ago. 2010.

SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro enigma. 1ª ed. 2012.

SEYFERTH, Giralda. **O beneplácito da desigualdade**: breve digressão sobre racismo. In: Vários autores. Racismo no Brasil. São Paulo: ABONG. 17-43. 2002.

SEYFERT, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002. Disponível em: . Acesso em: 05 maio de 2024.

7. ANEXOS:

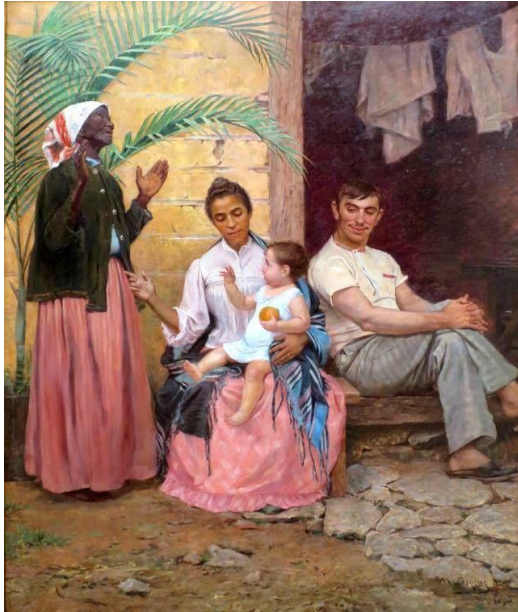


Figura 1 *A Redenção de Cam* (1895)

Brocos 1895

Fonte: Manurigoni, 2024



Figura 2. *David* (1501-1504)

Michelangelo 1501 á 1504

Fonte: aventuras na história, 2024